

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Breve Contexto Histórico das Mudanças de paradigmas

COSTA, Denise Ferreira da ¹
MACIEL, Solange Mantanher da Costa ²
MIGUEL, Eliana Alves ³
OLIVEIRA, Maria Ferreira da Silva ⁴
TUCHINSKI, Carla Maria Fernandes ⁵
WATHIER, Juliana Costa ⁶

RESUMO: No contexto atual tem se debatido muito sobre a temática Educação Inclusiva, esses debates são gerados devido os desafios que a mesma apresenta, mas também no intuito de que todas as unidades escolares tenham um sistema educacional inclusivo, onde se respeite a diversidade como intrínseca do ser humano. Este trabalho busca apresentar ao leitor as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com necessidades especiais (NE) no processo da inclusão educacional e social. Analisando a história da educação, percebemos que, de tempos em tempos, surgem novos paradigmas onde apresentam mudanças nos valores, percepções e práticas pedagógicas. Neste trabalho nos propomos a fazer uma breve pesquisa bibliográfica onde realizamos leituras e análises de várias obras de diferentes autores, pretendemos no presente artigo aduzir aspectos relevantes sobre a história da Educação inclusiva para embasar uma análise da situação da inclusão hoje, para tanto destacando os paradigmas: Segregação, Integração/normalização e Inclusão período atual da história.

Palavras-chave: História - Paradigmas - Inclusão

¹ Professora na Creche Municipal Thayná Gabrielly de Oliveira Morais. E-mail: denise_ferreira014@hotmail.com

² Coordenadora Infantil na Professora na Creche Municipal Thayná Gabrielly de Oliveira Morais. E-mail: solangepacasacriador@hotmail.com

³ Técnica de Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielly de Oliveira Morais. E-mail: eliana.amiguel@gmail.com

⁴ Professora na Creche Municipal Thayná Gabrielly de Oliveira Morais. E-mail: m_ferreira_o@hotmail.com

⁵ Técnica de Desenvolvimento Infantil na Escola Municipal Cantinho Mágico E-mail: carla_m_f_k@hotmail.com

⁶ Técnica de Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielly de Oliveira Morais. E-mail: julyana_wathier@hotmail.com

1- Introdução

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os diferentes paradigmas ao longo da história e as concepções educacionais voltadas para a pessoa com Necessidades Educacionais especiais. Deixando de vê-las pelo ângulo da incapacidade ou limitações passando a olhar sob o aspecto das possibilidades e competências e proporcionando alternativas para o desempenho de diferentes habilidades bem como resaltar a importância da inclusão desses sujeitos que ao longo do tempo foram postos à margem da sociedade.

As pessoas com necessidades especiais no decorrer da história foram vítimas de um processo de exclusão total, onde os mesmos eram considerados indignos da educação escolar. Na Idade Média as pessoas com necessidades especiais eram excluídas da sociedade visto como doentes e incapazes principalmente na área do saber. Por volta de 1496, as pessoas com alguma deficiência ou transtorno mental eram perseguidas e executadas. Nesta época entendiam que isso significava uma “presença do demônio dentro dessas pessoas”. Por mais de 200 anos pessoas com necessidades especiais foram queimadas em praça pública, enforcadas, afogadas ou condenadas às prisões nos porões dos castelos da época (FACION & MATTOS, 2009, p.6).

Em seguida foram vítimas da segregação, Minetto (2010, p.46) nos diz que, esta revelou-se no final do século XVIII, princípio do século XIX, As pessoas com necessidades educacionais especiais eram segregadas em espaços que tratavam a deficiência como se fosse uma doença, no entanto houve o surgimento de grandes instituições especializadas em pessoas com deficiência, e é a partir de então que poderíamos considerar ter surgido a educação especial.

No século XX, surgiu o paradigma da integração, este vem para defender o direito da criança com deficiência a ser inserida na sociedade e principalmente na rede regular de ensino, porém a mesma com esforço próprio teria que adaptar-se ao ambiente, enquanto que as escolas e os sistemas mantinham-se inalterados, não tinham o compromisso em adaptar-se às necessidades destes alunos (MINETTO, 2010 p.46).

Segundo Sá (2009, p.26) “A denominada Educação Inclusiva nasceu nos Estados Unidos, pelas mãos da Lei Pública 94.142, de 1975”. Estabelecendo assim programas e projetos voltados para efetivar a Educação Inclusiva. A partir desses resultados, nos anos 90 surgem novos movimentos que apontavam para o surgimento de um novo paradigma educacional, desta vez a “Inclusão”, no sentido da palavra que significa **fazer parte de**, não só estar na escola fisicamente, mas participar efetivamente das experiências pedagógicas, se integrarem e se socializar com os demais alunos e aprender segundo suas potencialidades e limitações. (STAINBACK, 1999 p. 40).

Com a Política Nacional de Educação Inclusiva em defesa do direito de todos a uma educação de qualidade, tendo em vista que toda criança é educável inclusive as que apresentam uma deficiência mais profunda, todos os alunos têm direito a que lhes sejam oferecidas condições e possibilidades educacionais que favoreçam a socialização e inclusão social.

2. PARADIGMAS EDUCACIONAIS: da Segregação a Inclusão

Mudar de paradigma significa pensar que queremos uma educação especial para todos em um mundo especial para cada um de nós, em que nosso olhar esteja atravessando pela dignidade e pelo respeito aos outros e as suas diferenças. Esse é um processo gradativo, que possui como pré-requisitos, ética e responsabilidade (FACIÓ & MATOS, 2009, p.121).

Durante muito tempo, o processo de escolarização era privilégio de poucos. De acordo com (FACION & MATOS, 2009). O processo de escolarização das pessoas com necessidades especiais foi marcado pela segregação, sofrendo ajustes e direcionamentos. Segundo os autores citados acima, esse processo teve início na França, com a fundação de instituições especializadas para educação de surdos e cegos. Ainda os mesmos autores colocam que, Pestalozzi é considerado o percussor da democratização do ensino as pessoas com necessidades especiais, pois ele buscou demonstrar que embora essas pessoas apresentassem características físicas distintas, elas apresentavam condições de aprender.

Segundo Minetto (2010 p. 46) a luta pela inserção e normalização das pessoas com necessidades especiais fortaleceu-se no século XX através do movimento denominado de “Paradigma da Integração”, que defendia o direito do aluno com necessidades educacionais especiais (ANEE) se matricular na escola regular. Devendo

estes adaptar ao ambiente escolar através de esforços próprios. Ou seja, o sistema de ensino e a escola não tinham responsabilidade nenhuma de adequar-se às necessidades dos alunos. O ambiente e a metodologia utilizada permaneciam inalterados. Sendo que os alunos com necessidades especiais são os que deveriam através de seus esforços superar todos os obstáculos.

Já a inclusão veio para garantir o direito de todos a uma educação de qualidade onde as instituições de ensino devem-se adequar a necessidade do educando com mudanças arquitetônicas em suas estruturas, adaptações curriculares, professores capacitados, equipe pedagógica e equipe de apoio preparada para receber e oferecer uma educação de qualidade a esses alunos tornando a escola um ambiente onde todos possam aprender juntos independentes de suas diferenças.

2.1 Segregação

Com a chegada da idade moderna o ser humano passou a ser mais valorizado. “Começaram as investigações sobre as pessoas com NE, do ponto de vista da medicina aumentaram os estudos sobre as deficiências estarem ligadas à hereditariedade, aspectos orgânicos, biotipologia entre outros” (RIBEIRO, 2003 p. 42).

De acordo com Jannuzzi apud (CAIADO, 2003 p. 72) em 1600 foi criado o primeiro atendimento escolar á pessoa deficiente, na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. De acordo com a autora houve uma longa trajetória entre saúde e educação com debates constante sobre as competências distintas de cada uma destas áreas.

No século XVII, os deficientes mentais eram totalmente segregados, internados em orfanatos, manicômios e outros tipos de instituições estatais (FACION & MATOS, 2009, p.188). Stainback (1999) esclarece que:

“em geral, os locais segregados, são prejudiciais, pois alienam os alunos. Os alunos com deficiência recebem afinal, pouca educação útil para a vida real, os alunos sem deficiência experimentam fundamentalmente uma educação que valoriza pouco a diversidade, a cooperação e o respeito por aqueles que são diferentes. (STAINBACK, 1999, p.25).

A trajetória da escolarização de pessoas com transtorno mentais é repleta de ajustes e direcionamentos. Esse processo se iniciou no final do século XVII, na França

com a fundação de instituições especializadas para educação de surdos e cegos. Em 1777, Pestalozzi democratizou o ensino, revelando que todos, apesar de apresentarem características diferentes, tinham condições de aprender (FACION & MATOS, 2009, p.144).

Já por volta do século XIX, a pessoa com deficiência passou a ser vista como agente importante para a sociedade. Nesta época foram estimuladas as criações de organizações onde pessoas com deficiência eram aceitas e ingressadas. Surgem as escolas especiais. “As instituições para pessoas com deficiência continuaram a crescer em números e tamanhos durante o final do século XIX até final de 1950” (STAINBACK, 1999, p. 37). Mesmo assim, alunos com deficiências visíveis e mais acentuadas continuaram sendo segregados. De acordo com Stainback (1999, p. 37) isso ocorria pelo fato das “escolas serem organizadas como asilos, com uma estrutura militar, o que condenava as pessoas com NE a viverem em locais em que eram mais controladas do que ensinadas”.

No Brasil, em 1904 foi criada a Escola de Crianças Anormais – no Hospital Nacional de Alienado, no Rio de Janeiro. Franco da Rocha, no ano de 1921, criou o serviço de menores, dando origem ao primeiro núcleo de classes especiais no Estado. Já em 1926 Tiago Wurth funda a escola Pestalozzi em Canoas. O Instituto Pestalozzi de Canoas (RS) é a primeira instituição não governamental do Brasil para educação especial na área da deficiência mental. Em 1935 surge à sociedade Pestalozzi de Minas Gerais e em 1952 a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE- RJ a qual passou a promover e a defender os direitos das pessoas com deficiência mental. (FACION & MATOS, 2009, p.144)

2.2 Integração/ Normalização.

Normalizar uma pessoa não significa torná-la normal. Significa dar a ela o direito de ser diferente e ter suas necessidades reconhecidas e atendidas pela sociedade. Na área da educação, normalizar é oferecer ao aluno com necessidades especiais recursos profissionais e institucionais adequados para que ele desenvolva seu potencial como estudante, pessoa cidadã (WERNECK, apud FACION & MATOS, 2009, p. 193).

No século XX, deflagra uma nova luta, desta vez para a inserção da pessoa com deficiência na sociedade e principalmente no sistema regular de ensino. A esse movimento deu-se o nome de Paradigma da Integração. Ribeiro (2003 p. 44) nos diz que; “Normalização é objetivo, integração é processo”. Nogueira (2009) reafirma:

A integração é um processo que tem que ser assumido por toda a escola: o professor de turma regular deve receber apoio da educação especial para fazer este trabalho e os alunos devem ser atendidos, paralelamente, nas salas de recursos ou por professores itinerantes. NOGUEIRA (2009, p.88).

A Integração defendia o direito do aluno com necessidades educacionais especiais ser matriculado na escola regular desde que, por seu próprio esforço adaptasse ao ambiente enquanto que os sistemas de ensino e a escola não tinham compromisso em adaptar e mantinha-se inalterada sem adequar às necessidades destes alunos.

Nogueira (2009, p.88) nos afirma que neste paradigma,

“a criança passa então a ser responsável por seu progresso escolar. Desta maneira, a escola não se vê obrigada a assumir a responsabilidade e a adaptar-se para receber o aluno com deficiência ou com dificuldade de aprendizagem”

“A educação integradora exigia a adaptação dos alunos com NE ao sistema escolar, excluindo aqueles que não conseguiam adaptar-se ou acompanhar os demais alunos” (MINETTO, 2010 p.47) A integração total na classe comum só era permitida para aqueles alunos que conseguissem acompanhar o currículo ali desenvolvido, Como era praticamente impossível de se acontecer, retornavam a uma escola especializada, frustrando a proposta de integração educacional e social. Esse processo impedia que as pessoas com NEE alcançassem um nível melhor de estudo. Aumentando assim o preconceito e a rotulação.

Na década de 1970 no Brasil, com o principio da normalização houve muita discussão e divergência, mas também foram adquiridos novos conhecimentos, que foram influenciando a organização de serviços e metodologias de ensino, opondo-se as tendências segregativas da época. Segundo Mikkelsen apud (RIBEIRO, 2003, p. 43).

Normalizar não significa tornar o excepcional normal, mas que a ele sejam oferecidas condições de vida às que outras pessoas recebem. Devem ser aceitas com suas deficiências, pois é normal que toda e qualquer sociedade tenha pessoas com deficiências diversas. Ao mesmo tempo é preciso ensinar o deficiente a conviver com a deficiência, ensiná-lo a levar uma vida tão normal quanto possível,

beneficiando-se das ofertas de serviços e das oportunidades existentes na sociedade em que vive.

O princípio básico do conceito de normalização é que pessoas com necessidades especiais têm o mesmo direito de desfrutar das condições de vida mais comuns ou normais possíveis, participando de atividades educacionais, sociais e de lazer na comunidade onde vivem. A esta comunidade compete fornecer serviços capazes de compensar as deficiências de cada um e ao mesmo tempo ajudar o indivíduo a conviver com sua deficiência.

Em educação, normalizar significa oferecer, ao aluno com necessidades especiais, os mesmos recursos profissionais e institucionais que qualquer criança dita “normal” sempre teve, permitindo o seu desenvolvimento como estudante, pessoa e cidadã. (NOGUEIRA 2009, p.88)

A normalização não implica em uma negação da deficiência mas, uma aceitação da mesma assim como uma característica normal em qualquer sociedade. Integração implica mudanças para que a criança seja aceita e inserida ao meio, mudança essa difícil de acontecer, pois tem que partir da criança com NEE.

2.3 Inclusão

A inclusão diz respeito a todos os alunos, e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar acesso e participação para todos os alunos que a freqüentam regularmente e para aqueles que agora estão em serviço segregado, mas que pode retornar a escola em algum momento. (MITTLER, 2003, p. 236).

Atualmente, todos os envolvidos no processo educativo o segmento de profissionais, pais e as próprias pessoas com necessidades educativas especiais denominam como “inclusão” o novo paradigma, no sentido de incluir todos os indivíduos socialmente, inclusive no contexto educacional.

Segundo Sasaki, (1997)

O movimento de inclusão começou por volta de 1985 nos países mais desenvolvidos, tomou impulso na década de 1990 naqueles países em desenvolvimento e vai se desenvolver fortemente nos primeiros 10 anos do século XXI envolvendo todos os países. (SASSAKI,1997 apud MINETTO, 2010, P. 47).

O modelo da educação inclusiva é a expressão da democratização escolar e aceitação das diferenças. Não como obstáculo, e sim como características de todo ser humano e intrínseco de cada um. Porém, a aproximação do ensino regular ao especial é historicamente complexa, necessitando ser continuamente investigada a fim de responder às expectativas dessa união.

Nos Estados Unidos, na década de 1970, iniciaram-se as primeiras teorias sobre inclusão. Sendo criada uma rede de informações, além de serem aprovadas leis que garantam a aprendizagem desses educandos com modificações curriculares, que tinham como finalidade proporcionar melhores condições de vida às pessoas com necessidades educacionais especiais (GUELBERT, 2007).

Os anos de 1980 foram considerados décadas dos tratados. Originaram-se as primeiras declarações e tratados defendendo o processo inclusivo (GUELBERT, 2007). Neste processo de inclusão o sistema de ensino deve promover o desenvolvimento das potencialidades do educando com NEE utilizando metodologias alternativas, recursos tecnológicos e humanos especializados preparando-o para a vida em condições adequadas onde todos construam conhecimentos, inclusive a sociedade a qual o aluno esta inserido.

Em 1985, realizaram-se a Assembléia geral das Nações unidas e o programa ação mundial para as pessoas deficientes, a qual lança um programa de ação mundial para as pessoas deficientes, recomendando: quando for pedagogicamente factível, o ensino da pessoa deve acontecer dentro do sistema escolar normal. (GUELBERT, 2007, p. 34-35)

A partir desses resultados, nos anos 90 surgem os primeiros movimentos que apontavam para um novo paradigma educacional, desta vez a “Inclusão”, no sentido da palavra que significa **fazer parte de**, não só estar na escola fisicamente, mas participar efetivamente das experiências pedagógicas, integrarem e socializarem-se com os demais alunos e aprender segundo, suas potencialidades e limitações (STAINBACK, 1999).

Essa sensação de “fazer parte” pode ser a mola propulsora à motivação para a criança atingir progressos na aprendizagem e um esforço a auto-estima (FACÍON & MATOS, 2009). Na década de 1990 aconteceram dois eventos importantes com ênfase para uma educação onde todos são beneficiados: a conferência mundial de educação

para todos (1990) e a declaração de Salamanca (1994) onde o princípio da educação inclusiva ganhou destaque no panorama da educação.

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reformas e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isso inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos nas escolas ou nas salas de aulas, as práticas pedagógicas bem como, as oportunidades de esportes, lazer e recreação (MITTLER, 2003, p. 25).

Essas reformas garantem o direito de todos os educandos participarem das oportunidades oferecidas pela escola, evitando assim o isolamento e as ausências constantes nas aulas. Isto se constitui numa necessidade para uma inclusão real.

Hoje a educação deve ser de todos, sem discriminação, sem rótulos, e para haver a inclusão é preciso que todos os alunos tenham acesso e possam se desenvolver em uma escola do ensino regular com uma educação de qualidade. Segundo Mitller (2003), o marco histórico da inclusão foi em junho de 1994, com a Declaração da Salamanca Espanha, realizado pela UNESCO na Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, assinado por 92 países. Esse documento fortalece que:

Os programas de estudos devem ser adaptados às necessidades da criança e não o contrário. As escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adaptem às crianças com capacidade e interesses diferentes (Declaração de Salamanca, 1994, p. 33).

A Declaração de Salamanca (1994) trouxe o fortalecimento da inclusão da pessoa com necessidades educativas especiais na escola comum, reafirmando e garantindo não apenas o acesso, mas a permanência do aluno nos diversos níveis de ensino e respeitando sua individualidade e identidade social, ressaltando que as diferenças são normais e a escola deverá considerar essas múltiplas diferenças, promovendo as adaptações necessárias, que atendam as necessidades de aprendizagem de cada educando no processo educativo.

A partir da Declaração de Salamanca (1994) o Brasil oficializou a discussão de ideias diferentes. Este documento traz uma visão nova de educação especial, pois possui uma outra concepção de criança a mesma credita e proclama que todas as crianças possuem suas características, seus interesses, habilidades e necessidades que são únicas

e, portanto, tem direito à educação e à oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem e, “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades”(SALAMANCA, 1994, p 1 e 2).

Somos sabedores que a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, não consiste apenas em sua permanência física junto aos demais educandos, mas do compromisso com uma educação de qualidade para todos, favorecendo a acessibilidade, a flexibilização curricular, as adaptações curriculares, que caracterizem sua opção por práticas heterogêneas e inclusivas.

O movimento da inclusão ganhou um ímpeto sem precedentes no início da década de 1990. Esta ocorrendo uma organização internacional crescente (Schools Are for Every-one – As escolas são para todos), com milhares de membros por todo o Estados Unidos e em outros países, com o único propósito de promover a inclusão (STAINBACK, 1999, p. 42).

A partir daí a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, passa a ser garantido por leis e resoluções como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN e Resolução nº 261/02 CEE/MT onde afirmam que “A educação especial será oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com necessidades educacionais especiais, nas etapas e modalidades da Educação Básica”. O artigo 7º da Resolução nº 261/02 CEE/MT diz que:

A oferta da educação especial deverá ter início na educação infantil, em creches e na pré-escola, permitindo a identificação das necessidades educacionais especiais e a estimulação do desenvolvimento integral do aluno, bem como a intervenção para atenuar possibilidades de atraso de desenvolvimento, decorrentes ou não de fatores genéticos, orgânicos e/ou ambientais.

O artigo sétimo desta Resolução reafirma o que estabelece a Lei 9394/96 - LDBEN no artigo 59 § 3º. Ou seja, reafirma que cabem às escolas do ensino regular não somente efetuar as matrículas destes alunos, mas ter o compromisso de ofertar um ensino de qualidade que atenda suas necessidades e especificidades educacionais.

A Resolução nº 261/02 CEE/MT considera no artigo 4º que alunos com necessidades especiais são aqueles que durante o processo educacional apresentam:

I. dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares compreendidas em dois grupos:

- a. aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;
 - b. aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;
- II. dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
- III. altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

A mesma resolução no artigo 5º explicita o que deve ser feito para a identificação das necessidades educacionais especiais.

Art. 5º - Para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos da rede pública e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, cabe à equipe técnica da unidade escolar, realizar a avaliação pedagógica do aluno, mediante colaboração da família e/ou viabilizar, quando necessário, a avaliação diferencial com a cooperação de equipe multiprofissional do Setor da Educação Especial, da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, Secretarias Municipais de Educação e órgãos afins.

De acordo com art. 8º desta Resolução o ingresso do aluno com necessidades educacionais especiais na educação básica poderá ocorrer a qualquer momento, tendo como base a avaliação pedagógica e o encaminhamento de equipe multiprofissional. De acordo com Mittler (2003, p. 17).

A inclusão diz respeito a cada pessoa ser capaz de ter oportunidade de escolha e de autodeterminação. Em educação, isso significa ouvir e valorizar o que a criança tem a dizer, independentemente de sua idade ou de rótulos.

A inclusão propõe mudanças na sociedade, começando pela educação para torná-la possível e acolher todas as pessoas. Para isto o sistema deve adaptar-se às necessidades educacionais especiais dos alunos através de uma educação de qualidade, oferecendo um atendimento que contemple suas necessidades e especificidades. De acordo com Lima (2006) “A inclusão exige medidas mais afirmativas para adequar as escolas a todos os alunos, inclusive os que apresentam necessidades especiais” (LIMA, 2006, p. 24).

Esta concepção não coloca a ênfase na deficiência que o aluno apresenta mas, na capacidade da escola em oferecer condições adequadas, recursos educacionais frente às necessidades educacionais de cada aluno. Assim, as escolas regulares de ensino

passaram a ter a responsabilidade de adaptar-se para atender às necessidades de todos os alunos que no seu processo de aprendizagem apresentavam alguma dificuldade. Oliveira (2012, 77) nos coloca que “Todas as criança tem direito a uma educação de qualidade, que atenda a suas necessidades individuais em ambiente que estimulem o desenvolvimento cognitivo, emocional e social”.

A construção de uma escola inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento de uma sociedade bem desenvolvida com mente aberta que acolhe a diversidade humana, aceita as diferenças e valoriza o esforço de cada indivíduo para a equiparação de oportunidades com qualidade na educação e na vida social.

A proposta da escola inclusiva onde as escolas da rede regular de ensino deve atender a todos sem discriminação, exige de todos os envolvidos no processo educacional um comprometimento com a educação dos alunos com necessidades especiais. Porém, tendo a maioria dos professores pouco ou nenhum conhecimento e formação pedagógica para lidar com as diferentes necessidades do ensino-aprendizagem em contextos inclusivos, torna-se imprescindível o desenvolvimento de estudos sobre os significados que os educadores estão construindo sobre a participação de alunos com necessidades especiais, em classes regulares. Segundo Rodrigues (2003 p 13) “o atendimento das diferentes necessidades educativas dos alunos é certamente o desafio mais importante que o professor tem de enfrentar em nossos dias”.

Para que se efetivem ambientes escolares inclusivos, novas reflexões devem ser realizadas no âmbito da comunidade escolar, sendo assim, a educação inclusiva envolve um processo de reestruturação social, onde não deverá somente a escola estar preparada para receber essa clientela, mas também a sociedade em geral deverá acreditar e se reestruturar, a fim de definir estratégias de ação, participação e organização do ensino, garantindo e melhorando o atendimento às PNEE, combatendo atitudes discriminatórias e construindo uma sociedade inclusiva, na qual as oportunidades sociais sejam garantidas a todos os cidadãos.

Inclusão para todos, exige mudanças na organização da escola para assegurar acessibilidade, participação e sucesso para todos os alunos que freqüentam o ensino regular. Inclusão não é colocar cada criança individual na escola mas sim, criar um

ambiente onde todos possam desfrutar e tornar-se membro da instituição e ser valorizado na mesma. A Declaração de Jomtien no Art. III explicita que:

Às necessidades básicas de aprendizagens das pessoas portadoras de deficiências requerem uma atenção especial. “É preciso tomar medidas que garantam igualdade de acesso á educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.” declaração mundial sobre educação para todos (DECLARAÇÃO DE JOMTIEN, 1990, art. III).

Com a Política Nacional de Educação Inclusiva busca-se tornar a educação acessível a todos inclusive às Pessoas com Necessidade Educacionais Especiais. Porém, em países como o Brasil, com significativas diferenças sociais e culturais, ainda persistem atitudes discriminatórias. Hoje por força dos movimentos sociais há uma preocupação em tornar a sociedade mais inclusiva. Por conta disso, há uma discussão e cobrança para eliminação das barreiras arquitetônicas que impede o direito de ir e vir das pessoas com necessidades especiais. Essas atitudes revelam a discriminação e o preconceito.

Essas barreiras excluem e separam os homens de seus pares. Só combatendo todos os tipos de preconceitos contribuimos para o desenvolvimento da pessoa com necessidades especiais. Segundo Lima, (2006, p. 31)

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão analisou vários documentos oficiais (...). E reafirma que devem frequentar o ensino fundamental todas as pessoas na idade legalmente prevista, e ele não pode ser substituído pela Educação Especial.

Além disso para a autora, à educação Especial deve servir como um suporte de apoio complementar da educação básica, um instrumento que deve estar disponível quando necessário Lima (2006). A autora ainda afirma que “cabe as escolas efetivar as matrículas da criança com NEE no ensino regular, firmar o compromisso de oferecer a todos os alunos um ensino de qualidade” (LIMA, 2006, p. 31).

Ramos (2006) nos aponta vários passos para que haja a inclusão, citaremos os principais: fazer com que a comunidade escolar, pais e alunos saibam que o deficiente não irá atrapalhar o desenvolvimento dos outros alunos, e sim ajudá-los a vivenciar uma nova experiência como seres humanos solidários e respeitadores das diferenças. Também ter o cuidado de matricular o aluno em classe correspondente á sua idade

cronológica e não intelectual para que construa ainda que em defasagem uma idade social.

É igualmente importante elaborar os planos levando em conta a realidade dos alunos, respeitando as diferenças e o ritmo de aprendizagem de cada um, avaliar a aprendizagem levando em conta o potencial de cada um. A autora acrescenta também que “Cabe ao professor a tarefa de se adequar-se ao seu público e não esperar que este se ajuste a determinações alheias às suas condições presentes” (RAMOS, 2006, p. 14).

Não só o professor, mas toda a comunidade escolar deve adequar-se para atender os alunos com NEE. O sistema não pode continuar dividindo alunos normais e deficientes, desrespeitando assim a diversidade humana. Todas as crianças podem aprender, deve haver transformações nas instituições para atender às necessidades individuais de todos os alunos tendo eles ou não algum tipo de necessidade especial.

CONCLUSÃO

Nos dias atuais ainda se constata certas dificuldades da aceitação do diferente no seio da sociedade, principalmente quando se trata de deficiências múltiplas e graves. Estas não são vistas como sujeitos de direitos sociais. Percebe-se que o preconceito e a discriminação ainda estão vivos em nossa sociedade.

As unidades de ensino que desejam trabalhar com a inclusão e não com a normalização, devem respeitar as necessidades e diferenças dos educandos, reconhecendo que ninguém é igual a ninguém, somos todos diferentes. As escolas e os velhos paradigmas de educação precisam ser transformados para atender às necessidades individuais de cada um, tendo eles ou não algum tipo de necessidade especial.

A educação inclusiva tem força transformadora e aponta para uma nova era, não somente educacional, mas também de cunho social. Para atender esta nova realidade educacional e social, a instituição escolar precisa organizar mudanças arquitetônicas na estrutura física, exonerar as burocracias, reorganizar as matrizes curriculares, proporcionar maior ênfase à formação humana dos professores e harmonizar a relação família-escola, propondo uma prática pedagógica coletiva, dinâmica e flexível.

Para conseguirmos reformar as instituições escolares em todos os aspectos para que de fato se tornem inclusivas, primeiramente temos que reformar as mentes, pois segundo Mittler (2003).

A inclusão é uma visão, uma estrada a ser viajada, mas uma estrada sem fim, com todos os tipos de barreiras e obstáculos, alguns dos quais estão em nossas mentes (MITTLER, 2003, p. 21).

O autor coloca que todas as barreiras para tornar a sociedade e as escolas inclusivas encontram-se em nossas mentes. Entretanto, estamos vivenciando um novo paradigma, e tudo que é novo gera crises, medo, insegurança e incertezas, mas este é o momento para que sejamos ousados para correremos atrás e buscarmos alternativas que nos dê suporte para realizarmos as mudanças que a inclusão propõe.

REFERÊNCIAS

CAIADO, Kátia R. M. [et al.] In Educação especial: do querer ao fazer. Organizadoras Maria Luiza Sprovieri Ribeiro, Roseli Cecília Rocha de Carvalho Baumel (Orgs.). São Paulo: Avercamp, 2003.

FERREIRA & GLAT, Julia Romero e Rosana. Desafios da Educação Municipal: Reformas Educacionais pós LDB: a inclusão de alunos com necessidades especiais no contexto da municipalização: Rio de Janeiro: ed. DP&A, 2003.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa/ Antonio Carlos Gil. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

GUEBERT, Maria Célia Castellain. Inclusão: uma realidade em discussão. 2. ed.rev./ Curitiba: Ibplex, 2007.

LIMA, Priscila Augusta. Educação inclusiva e igualdade social /Priscila Augusta Lima e Therezinha Vieira. - São Paulo: Avercamp, 2006.

LUDKE & ANDRÈ, Menga e Marli E. D. A, Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. – São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade Sueli Ferreira Deslandes, Romeu Gomes. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MATO GROSSO, Resolução n.º. 261/02-CEE/MT, 2002.

MINETTO, Maria de Fátima Joaquim ET ALL./Diversidade na aprendizagem de pessoas portadoras de necessidades especiais. / Maria de Fátima Joaquim Minetto ET ALL – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais /Peter Mittler; Trad. Windyz Brazão Ferreira. - Porto Alegre: Artimed, 2003.

NOGUEIRA, Mário Lúcio de Lima; Oliveira, Eloiza da Silva Gomes de; SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. /Legislações e Políticas Públicas em educação Inclusiva. 2ª Ed. – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009 184 p.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de... [et al.] Tópicos especiais em educação inclusiva- 1ª. Ed., ver. – Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri [et al.] In Educação especial: do querer ao fazer. Organizadoras Maria Luiza Sprovieri Ribeiro, Roseli Cecília Rocha de Carvalho Baumel (Orgs.). São Paulo: Avercamp, 2003.

RODRIGUES, Armindo J. [et al.] In Educação especial: do querer ao fazer. Organizadoras Maria Luiza Sprovieri Ribeiro, Roseli Cecília Rocha de Carvalho Baumel (Orgs.). São Paulo: Avercamp, 2003.

SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. Legislações e políticas publicas em Educação Inclusiva. 2ª. Ed. – Curitiba: IESDE Brasil S.A. , 2009

STAINBACK, stainback, W. Inclusão: um guia para educadores – P. Alegre: Artimed, 1999.

UNESCO, Declaração Mundial sobre Educação para Todos, Jomtien, Tailândia, 1990.

UNESCO, Declaração de Salamanca, Espanha, 1994.